

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Município de Celorico da Beira**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de activo líquido de 45.617.602,37 euros e um total de fundos próprios de 9.816.708,14 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.886.108,31 euros), a Demonstração dos resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 13.980.831,03 euros de despesa paga e um total de 13.995.808,86 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos **7.1.** a **7.4.** abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Foram verificadas as seguintes situações que constituíram reservas:

- 7.1. A contratação dos nossos serviços em data próxima da prestação das contas não nos permitiu obter evidência suficiente acerca da integralidade do inventário de bens móveis e imóveis de domínio público e privado, bem como da razoabilidade da valorimetria adoptada e dos valores dos custos e proveitos relacionados. Como tal, não nos podemos pronunciar quanto aos efeitos destas situações sobre as demonstrações financeiras.
- 7.2. Por não terem sido obtidas respostas satisfatórias em número suficiente no processo de confirmação externa de saldos credores, não nos pronunciamos sobre os saldos desta natureza nem quanto aos seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras.
- 7.3. Não foram obtidas as respostas ao processo de circularização de bancos e advogados. Pelo efeito, não nos pronunciamos quanto aos efeitos sobre eventuais responsabilidade, compromissos e contingências não divulgadas nas Demonstrações Financeiras.
- 7.4. O valor da participação financeira detida sobre 100% do capital social da Empresa Municipal devia ter sido objecto de provisão conforme obriga o ponto 4.1.9. do POCAL, que, de acordo com as últimas demonstrações financeiras disponíveis da subsidiária (respeitantes a 2009), ascenderia a cerca de 1,8 milhões de euros. Enquanto este registo não for efectuado o activo e os fundos próprios permanecem sobrevalorizados, no mínimo, pela referida importância, não sendo possível estimar o efeito actualizado a 2010 pela indisponibilidade das demonstrações financeiras e da respectiva certificação legal das contas.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7.1. a 7.4., as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Celorico da Beira**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
- 9.1. Tal como referido na nota 8.2.25 do Anexo às Demonstrações Financeiras, o Município apresenta dívida em mora à ADSE no montante de 803.499,91 € em resultado do reembolso de despesas de saúde dos seus funcionários.
- 9.2. Ao nível do Anexo às Demonstrações Financeiras, não foi dado cumprimento ao estipulado nos pontos 8.2.2. e 8.2.12. do POCAL, por falta de referência a factos que afectam a comparabilidade que se verificavam no exercício anterior e porque não foi divulgada a informação respeitante a imobilizações em poder de terceiros, imobilizações implantadas em propriedade alheia e imobilizações reversíveis. Além disso, constata-se a divergência de informação entre a demonstração do custo das matérias consumidas que consta no ponto 8.2.29. do mesmo Anexo e o respectivo saldo contabilístico.
- 9.3. As últimas demonstrações financeiras disponíveis da Empresa Municipal EMCEL respeitam ao exercício de 2009. O capital próprio da E.E.M. no final desse período revelava um valor inferior a metade do seu capital social. Tratando-se de uma sociedade totalmente detida pelo Município, este deve deliberar, através dos seus órgãos, as medidas adequadas em cumprimento do disposto no art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais para repor uma situação líquida satisfatória.

Viseu, 28 de Abril de 2011

O Revisor Oficial de Contas


A. Figueiredo Lopes & Manuel Figueiredo, SROC n.º 85,

Representada por Alberto Henrique de Figueiredo Lopes, ROC n.º 710